

## O singular relato do cônego João Pedro Gay sobre a Invasão Paraguaia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>

Mário Maestri<sup>2</sup>

**Resumo:** Apenas ordenado sacerdote na França, Jean Pierre Gay viajou ao Uruguai e, a seguir, ao Brasil, onde foi vigário em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul [São Borja e Uruguaiana]. Em São Borja, desenvolveu importante atividade cultural ligada à Região Missioneira. Denunciou reiteradas vezes por cartas e pela imprensa o abandono militar daquela vila diante da eventual invasão paraguaia, que presenciou, em 10-12 de junho de 1865. Escreveu *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*, rico em informações singulares, publicado no mesmo ano dos acontecimentos.

**Palavras chaves:** História da Bacia do Prata; História da invasão paraguaia do Rio Grande do Sul; Historiografia

### 1. A vida e a Obra do Cônego Franco-Brasileiro João Pedro Gay

Jean Pierre Gay nasceu na comuna de Chateau-roux (Glenoble), no sopé dos Alpes, na França, em 20 de novembro de 1815, no seio de família plebéia. Na pia batismal, recebeu o nome de seu pai, Jean Pierre, agricultor, e o sobrenome, de sua mãe, Marie Magdelaine Gay. Talvez pela mão de Louis Gay, seu tio materno e sacerdote, ingressou aos oito anos nos seminários de Embrun e de Gap, sendo ordenado em 18 de abril de 1840. Após servir como presbítero e pároco não efetivo [*encomendado*] na vila de Gap, partiu para a América, à procura de uma situação melhor à que se lhe apresentava na França. Em 22 de outubro de 1842, aportou em Montevideú, recomendado ao vigário daquela cidade, quando ela estava cercada pelas forças de Manuel Oribe [1792-1857]. Naquele então, era importante a imigração e os interesses comerciais franceses sobretudo na cidade-porto.<sup>3</sup>

Em inícios de 1843, Jean Pierre Gay encontrava-se no Rio de Janeiro, de onde se transferiu para a freguesia de Santana de Vila Nova na Conceição de Laguna, em Santa Catarina, em 14 de abril do mesmo ano. De volta à Corte, em setembro de 1844, desempenhou-se como sacerdote e como professor de francês e de matemática no Colégio do Padre Saraiva, na rua Nova do Sacramento. No Rio de Janeiro, estudou e diplomou-se no Instituto Homeopático do Brasil. Em 1848, partiu para ser vigário encomendado na vila de Alegrete, na região da Campanha, no oeste do Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com a

---

<sup>1</sup> Agradecemos à gentil leitura da lingüista Dra. Florence Carboni, do Curso de Letras da UFRGS.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Université Catholique de Louvain, Bélgica; Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: maestri@via-rs.net

<sup>3</sup> Cf. BARÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. Asunción: Banda Oriental, 2007. P. 67; TOURON & ELOY. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Tomo II. Ob.cit. pp. 27, 33.

Argentina e o Uruguai. As duas posições que ocupara eram postos eclesiásticos instáveis, em regiões periféricas do sul do Império do Brasil.<sup>4</sup>

Na Corte, em 1849, Jean Pierre Gay naturalizou-se brasileiro e venceu concurso, em setembro do mesmo ano, para vigário *colado*, ou seja, estável e estipendiado pelo Estado imperial, da matriz de São Francisco de Borja, também na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O padre andarilho tomou posse naquela vila missioneira em fevereiro de 1850, abrindo a seguir “laboratório homeopático”, segundo parece, com a devida licença provincial.<sup>5</sup>

São Borja era mais do que uma simples aglomeração perdida no noroeste sulino. Por décadas, o primeiro dos Sete Povos Missionários fora a principal ligação comercial do Paraguai com o Brasil e com o exterior.<sup>6</sup> Apenas em 3 de fevereiro de 1852, com a derrota de Juan Manuel de Rosas [1793-1877], na batalha de monte Caseros, o Paraguai restabeleceu os contatos comerciais com o comércio internacional através dos rios Paraná e da Prata. São Borja, no Rio Grande, e Itapúa/Encarnación, seu contraponto comercial, no Paraguai, eram também espécie de janelas através das quais as autoridades dos dois países se observavam.<sup>7</sup>

Em São Borja, o padre João Pedro Gay manteve estreita relação com Aimé Jacques Alexandre Goujoud Bonpland [1773-1858], que participara da célebre expedição americana de Alexander von Humboldt. Aimé Bonpland estabeleceu-se em São Borja com consultório, farmácia e interesses na exploração da erva-mate, após ter recebido, em 13 de dezembro de 1830, ordem do doutor José Gaspar de Francia [1776-1840] de partir do Paraguai.<sup>8</sup> Em 5 de setembro de 1853, o célebre naturalista francês aceitava, por carta, o convite do sacerdote seu compatriota de integrar a loja maçônica “Augusta Cordialidade no Oriente”, em formação em São Borja, segundo parece, com dezoito membros.<sup>9</sup> Na vila, João Pedro Gay

---

<sup>4</sup> Cf. sobre os dados biográficos, “João Pedro Gay”. GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentado e editado pelo major Souza Docca. Porto Alegre: IEL-EST, 1980. Pp. 9-14; RODRIGUES, José Honório. Padre Gay. Revista Província de São Pedro, n. 19, 1954, Porto Alegre, PP. 75-93.

<sup>5</sup> WEBER, B. T.; SILVA, J. O. da. Padre Gay: um cômico ilustrado na campanha gaúcha. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 144-160, jan./jun. 2012p.145.

<sup>6</sup> Cf. WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en America: Paraguay: 1810-1840*. Asunción: Carlos Schauman, 1989. Pp. 151 *et seq.*

<sup>7</sup> Cf. TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Asunción*. 1854-1855. Passo Fundo: Méritos, 2012. 180 pp.

<sup>8</sup> Archivo Nacional de Asunción [ANA]. Sección Historia, vol. 240, nº 12. Original; ROQUÉ, Julio R. Contreras; ROMANACH, Alfredo Boccia. *El Paraguay en 1857: un viaje inédito de Aimé Bonpland*. Asunción; Servilibro, 2006.

<sup>9</sup> CORDIER, Henri. Papiers inédits du naturaliste Aimé Bonpland conservés à Buenos Aires. Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres Année 1910 Volume 54 Numéro 6 p. 456, 467/www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai\_0065-0536\_1910\_num\_54\_6\_72674?

privou também com o coronel Manuel Luís Osório [1808-1879], prócer liberal e comandante da Guarda Militar daquela importante fronteira, fortalecida devido à tensão entre os governos imperial e paraguaio nos anos 1850. Segundo José Honório Rodrigues, o padre Gay teria militado nas filas liberais, ao menos até 1860.<sup>10</sup>

### **Um Sábio na Fronteira do Rio Grande do Sul**

Em setembro de 1861, o cônego Gay viajou para Porto Alegre e, dali, para a Corte. Na viagem de regresso, passou por Buenos Aires e Montevideú. Em São Borja, entre outras ocupações intelectuais, dedicou-se ao estudo da botânica, da etnologia, da geologia, da história, da língua, etc. da região missioneira. Em 1862, apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil uma extensa *História da República Jesuíta do Paraguai*: desde o descobrimento do rio da Prata até nossos dias, ano de 1861. Em 23 de agosto daquele ano, Gay era diplomado como membro correspondente daquela distinguida instituição. Sua obra foi publicada na revista do IHGB e como separata, em 1862, com tal sucesso que sua primeira edição encontrava-se esgotada em 1865.<sup>11</sup>

Apenas em 1942, a magnífica *História da República Jesuíta do Paraguai* conheceria uma segunda edição comentada, de rica confecção, por decisão do então ditador Getúlio Vargas, natural de São Borja, com introdução e biografia do autor pelo historiador Rodolfo Garcia.<sup>12</sup> Em 1954, José Honório Rodrigues computou aquela história como superior a todas as que haviam sido escritas no Brasil a seguir de sua publicação, incluindo nelas o então recente trabalho de Aurélio Porto. Qualificou igualmente o padre Gay como “um mestre da história regional” no Brasil, ao lado de nomes como João Francisco Lisboa e o visconde de São Leopoldo. Aproveitou igualmente o ensejo para desancar a apresentação de Rodolfo Garcia que definiu como apressada, pois não se servira dos abundantes papéis do biografado, depositados nos arquivos do IHGB, no Rio de Janeiro, que elenco no final do seu artigo – correspondência, manuscritos, impressos, sermões, etc.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> FERTIG, André. A guarda nacional do Rio Grande do Sul nas Guerras do Prata: 1850-1873. POSSAMAI, Paulo Cezar. [Org.] *Gente de guerra e fronteira*. Pelotas: EdUFPEL, 2010. P. 137.

<sup>11</sup> GAY, João Pedro. *História da República Jesuíta do Paraguai*: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861. Rio de Janeiro: IHGB, 1863; Id.id. Revista do IGHB, tomo 26, 1863, PP. 5 a 120, 185 a 269, 351 a 447 e 589 a 838; EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d' [1842-1922]. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. P. 109.

<sup>12</sup> GAY, João Pedro. *História da República Jesuíta do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861*. 2 ed. Antelóquio de Gustavo Capanema; introdução de Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. 644 pp.

<sup>13</sup> RODRIGUES, J. H. Padre Gay. Ob.cit. p. 85.

Em 31 de janeiro de 1861, o padre Gay foi acolhido como sócio correspondente e comissário do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro no município de São Borja, fundado, pela segunda vez, também sem continuação [1860-63], pelo então presidente da província do Rio Grande do Sul.<sup>14</sup> Entre os muitos manuscritos inéditos do cônego Gay encontra-se uma *Nouvelle Grammaire de la Langue Guarany et Tupy*, de 155 página, hoje depositada na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

São ainda escassas as informações sobre a vida pessoal do sábio pároco que, como era habitual na época, teria estabelecido família estável com Carolina Laramedy [ou Carolina Ferreira Larramendi], paraguaia. O cônego teve oito filhos, arrolados no seu inventário: Amado João Pedro; Carolina Regina; Fernando Noel; José; Maria Madalena; Maria Salomé; Nemesis Oscar; Salvadora Ninfa Pastora. Eles teriam sido reconhecidos por escritura pública apenas em 2 de setembro de 1874. Dessa filharada descende a conhecida família Gay do Rio Grande do Sul.

Como o cônego não deixou testamento, seus filhos – ou descendentes dos mesmos – foram aquinhoados igualmente nos bens inventariados: quatro casas [três em Uruguaiana e uma em São Borja]; três terrenos em Uruguaiana e seis quadras de sesmarias, junto ao rio Uruguai, naquele município – em torno de seis mil hectares. Ao morrer, o cônego não seria homem pobre, sem ser um potentado.<sup>15</sup> Não há traços no inventário do nome da mãe dos herdeiros.<sup>16</sup> Destaque-se que o próprio Honório Rodrigues, tão duro na crítica aos limites da biografia de Rodolfo Garcia sobre o cônego, certamente por falso pudor, escusou-se em tocar nessa importante e conhecida faceta da vida do biografado. Quase nada sabemos sobre o irmão do cônego, François/Francisco Gay, marceneiro, estabelecido em São Borja em 1865, segundo informação do próprio cura.<sup>17</sup>

Salvo engano, não contamos ainda com estudo das *relações* do padre Gay com o governo de Asunción. Não sabemos se ele se referia ao Paraguai no seu prolixo trabalho jornalístico publicado, sob pseudônimo, nos jornais do rio da Prata, do Rio de Janeiro – *Jornal do Comércio* –; da província de São Pedro – o *Alegretense*, de Alegrete, o *Correio do Sul*, *Conciliador* e *Estrela do Sul*, de Porto Alegre, entre outros. São certas as rápidas mas

---

<sup>14</sup> Id.ib. p. 86.

<sup>15</sup> Inventário de João Pedro Gay, 1º Cartório de Órfão, livro de inventários nº 05, pág. 41 a 43, gaveta 07. Centro cultural dr. Pedro Marini, Uruguaiana. Agradecemos ao historiador Wagnes Cardoso Jardim, que a nosso pedido gentilmente localizou e fotografou o presente inventário, em 31.09.2012.

<sup>16</sup> Os descendentes do padre Gay nomeiam de diversas formas a patriarca: Carolina Ferreira Laramedy [ou Larramendi ou Laramedi] de Alcantara. Genealogia 164. Família Fabrício em Uruguaiana. <http://mitoblogos.blogspot.com.br/2008/04/genealogia-164-familia-fabrcio-em.html>; Acessado em 24.08.2012.

<sup>17</sup> GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit. P. 38.

duras considerações vertidas na sua história das missões guaranis sobre a ação do presidente Carlos Antonio López, no relativo às missões e às aldeias de índios. O cônego teria escrito ao menos uma carta, em 16 de agosto de 1865, a Solano López, caso a data não se deva a erro de transcrição ou tipográfico! Nesse momento, as tropas paraguaias encontravam-se já instaladas em Uruguaiana!<sup>18</sup>

No mínimo desde 1864, o padre Gay teria enviado correspondências às autoridades provinciais e imperiais e artigos e notas sobre a ameaça paraguaia aos jornais. A frequência da correspondência às autoridades provinciais e imperiais teria se acirrado nos meses seguintes à invasão do Uruguai pelo Império e ao conseqüente rompimento de relações entre o governo de Asunción e do Rio de Janeiro. Nesses casos, ao menos, comumente, o bom padre não teria recebido respostas às suas cartas enviadas aos dignitários do Império.<sup>19</sup>

### **Pernas para que te quero!**

Quando, em 10-12 de junho de 1865, a invasão do Rio Grande do Sul materializou-se, após inúmeros indícios e avisos sobre a aproximação belicosa das tropas paraguaias à fronteira de São Borja, o sacerdote escafedeu-se, a cavalo, apressadamente, para o interior do município, ao igual que a imensa maioria da população da vila. Na fuga, deixou para trás sua importante biblioteca, bens materiais e inúmeros manuscritos e documentos, a seguir destruídos, saqueados e inutilizados pelos invasores. Entre as perdas, teriam sido extraviados “documentos que serviram ao vigário para a composição de sua *História da República Jesuítica do Paraguai*” e “alguns manuscritos guaranis”.<sup>20</sup> O padre Gay pediria a seguir vultuosa indenização por seus bens e, sobretudo, manuscritos perdidos na invasão.<sup>21</sup>

Segundo o padre Gay, os invasores encanizaram-se particularmente com sua residência, sua igreja e seus bens, ações segundo ele não “somente motivadas pela diligência” que fizera “para prevenir a invasão, dando parte de seus movimentos, como também pela ira que causaram ao déspota do Paraguai [Francisco Solano López] as poucas palavras que” escrevera “sobre o governo daquela república” na sua “*História da República Jesuítica do Paraguai [...]*”.<sup>22</sup>

Em seu trabalho, o cônego João Pedro Gay servira-se da *Memória histórica sobre a decadência e ruína das Missões jesuíticas* de Martin de Moussy [c. 1810- 1869] para

---

<sup>18</sup> RODRIGUES. Padre Gay. Ob.cit. p. 90.

<sup>19</sup> GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit. P. 33.

<sup>20</sup> Id.ib. p. 53, 75.

<sup>21</sup> RODRIGUES. Padre Gay. Ob.cit. p. 86.

<sup>22</sup> GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit. p. 38.

qualificar duramente a emancipação das comunidades nativas promovidas por Carlos Antonio López, em 7 de outubro de 1848. Os habitantes das missões paraguaias perderam enorme parte de seus bens, no momento em que foram promovidos à “ciudadanos de la República”.<sup>23</sup> Aquele autor escrevera que a medida objetivara sobretudo expropriar sem qualquer indenização os imensos rebanhos bovinos das onze missões e dez povos de índios concernidos pela medida.

Naquele trabalho, citado em português pelo cônego, o médico, naturalista e historiador francês propusera: “O sequesto deste imenso gado era na realidade o verdadeiro motivo desta medida intitulada liberal [...]”. Para o autor, ela não teria sido “senão uma espoliação”. Além dessa avaliação, Moussy qualificara também duramente o Estado lopizta. “É preciso não ocultá-lo, hoje o Paraguai é uma imensa Missão, cujos mordomos são o Sr. Lopes e seus filhos [...]”<sup>24</sup> Morando havia quinze anos na região, o ativo e altissonante padre João Pedro Gay teria despertado a atenção da administração paraguaia, sempre informada sobre o Rio Grande do Sul e o Império, também através de Itapúa-São Borja.

Após refugiar-se no interior do município, o padre Gay seguiu, em inícios setembro, o caminho das tropas imperiais, que também não deram, como se esperava, batalha na defesa da vila de Itaquí, no passo do rio Ybicuy e na vila de Uruguaiana, ocupada pelos paraguaios. Quando dom Pedro II [1825-1891] chegou aos arredores da vila sitiada de Uruguaiana, o clérigo agregou-se à comitiva imperial. Após a rendição dos ocupantes da vila, o padre Gay protagonizou constrangedora cena diante do Imperador, ao investir com chicote em punho contra o frade franciscano paraguaio Santiago Esteban Duarte López, de uns “trinta e tantos anos”, um dos dirigentes da expedição paraguaia. Não apenas pelo sacerdote franco-brasileiro, o frade era tido como espécie de comandante paralelo da expedição e incondicional seguidor de Francisco Solano López [1827-70].

Com a rendição paraguaia em Uruguaiana, o padre João Pedro Gay foi prestigiado com a possibilidade de acompanhar dom Pedro, no vapor *11 de Junho*, na visita às vilas de Itaquí e de São Borja [27 de setembro], saqueadas durante a invasão paraguaia, gozando sempre do beneplácito do soberano, seu confrade no IHGB. O Imperador da então única grande nação independente a praticar a escravidão colonial orgulhava-se de privar com homens de ciência e de cultura, com destaque para os europeus. Por seus serviços, o padre

---

<sup>23</sup> *El Paraguay Independiente*, n 81, Asunción, sábado, 7 de outubro de 1848.

<sup>24</sup> GAY, Cônego João Pedro. *História da República Jesuíta do Paraguai*: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861. Rio de Janeiro: IHGB, 1863. Tomo XXVI, p. 649.

receberia a medalha comemorativa da rendição de Uruguaiana, como tantos outros validos e cortesões imperiais.

### **Diário Constrangedor**

Dom Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d'Eu [1842-1822], neto do último rei francês, chegara ao Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1864, com seu primo, o príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, para casarem-se com cada uma das duas filhas de dom Pedro. Por decisão do Imperador, coube-lhe Isabel, a herdeira imperial, com quem contraiu matrimônio em 15 de outubro de 1864. Durante sua *lua de mel* na Europa, foi chamado pelo sogro que partira apressado para a vila de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, nas mãos das tropas paraguaias, para se possível acompanhar sua certa reconquista. Quando de sua expedição através do interior da província de São Pedro, o conde d'Eu registrou suas impressões. Seu diário de viagem ao Sul foi publicado meio século mais tarde, após a proclamação da República, dois anos antes de seu falecimento, em 1922, quando viajava para o Brasil para participar das cerimônias do primeiro centenário da Independência.<sup>25</sup>

A narrativa *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* constitui espécie de contraponto do relato do padre João Pedro Gay, que registrara na *Invasão paraguaia [...]* sua indignação com o abandono da defesa da fronteira noroeste sulina. O conde d'Eu conhecia apenas muito superficialmente o Rio de Janeiro; possuía formação militar européia e se naturalizara brasileiro, ao igual que o padre Gay. Nas notas, ele assinalou sua surpresa com os desmandos no esforço militar imperial na região e impressionou-se com a rusticidade da sociedade pastoril sulina – moradia, mobiliário, alimentação, educação, transportes, artes, etc. Seu diário de guerra jamais gozou da simpatia da historiografia brasileira e sobretudo sul-rio-grandense,

O conde d'Eu escreveu sobre a deserção das tropas imperiais diante do inimigo. “Os paraguaios, saindo do seu país, **atravessaram, sem disparar um tiro**, a província argentina de Corrientes; em seguida passaram o Uruguai na parte superior de seu curso e penetraram na província brasileira do Rio Grande do Sul, apoderaram-se das vilas de São Borja e Itaqui, situadas na margem esquerda do Uruguai, e, descendo ao longo desta margem, mostram intenção evidente de se dirigir para o Estado Oriental, onde contam amigos.”<sup>26</sup> Em verdade,

---

<sup>25</sup> EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d' [1842-1922]. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

<sup>26</sup> Id.ib. P. 26 [destacamos]

os paraguaios realizaram um verdadeiro passeio através da província de Corrientes e do Rio Grande do Sul, até a vila de Uruguaiana!

O conde d'Eu registrou igualmente que poucos oficiais da Guarda Nacional eram de carreira e no geral, tinham elevada idade. Anotou o escasso treinamento dos conscritos e os muitos doentes devido ao rigor do inverno, enfrentado sem uniformes e alojamento adequados. Falou de soldados com trajes civis e até mesmo de chinelas; da precariedade dos alojamentos e hospitais militares e de mulheres e crianças seguindo os voluntários para o *front*. Comentou a baixa qualidade dos cavalos do exército; a ausência de espírito *nacional* entre os rio-grandenses; meninos arrolados nas tropas imperiais, etc. Eram observações nascidas sobretudo do estranhamento com aquela realidade de um oficial francês, então com 23 anos, com experiência na guerra do Marrocos [1860]. No relato, ele deixou igualmente registrada sua profunda visão racista de mundo.<sup>27</sup>

Ao contrário do sogro, o conde d'Eu não simpatizava com o padre Gay, seu patrício plebeu. Ao referir-se a ele, propusera em forma irônica: “É homem inteligente; mas, se devo dizer o que me parece, um pouco palrador. Sabe igualmente bem o português e o espanhol e envia artigos empolados tanto aos jornais da Província do Rio Grande do Sul como aos do Estado Oriental e das Províncias Argentinas. Parece que a ocupação de São Borja foi o mais belo dia de sua vida. A quem o ouve, parece que só ele tinha, de há muito, adivinhado o plano dos paraguaios e avisado, mas inutilmente, as autoridades [...]”<sup>28</sup> O padre Gay não era certamente um estilista da língua portuguesa, que conheceu e dominara quando adulto. Entretanto, por além de seu valor intrínseco, sua *Invasão paraguaia [...]* pode ainda ser lida com facilidade e agrado pouco habituais aos escritores daqueles anos, não se destacando pelo abuso dos preciosismos e gongorismos propostos no ácido comentário.

Nomeado em 20 de julho de 1874 como vigário de Uruguaiana, certamente acompanhado por sua família, o padre Gay transferiu-se para aquela vila onde desempenhou suas funções eclesíásticas até a sua morte. Segundo parece, seu falecimento, em 10 de maio de 1891, deveu-se à acidente com veículo de tração animal.<sup>29</sup> Segundo José Honório Rodrigues, o cônego participou do tardio movimento abolicionista impulsionado pelos liberais, em meados dos anos 1880, tendo apenas então libertado “seus cativos”.<sup>30</sup> Ele viajara a França, em fins de 1881, onde se entrevistou com Jean-Ferdinand Deniz [1798-

<sup>27</sup> Id.ib.pp. 19, 20,21, 23, 26, 32 *et passim*.

<sup>28</sup> DOCCA, Souza. “João Pedro Gay”. GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentado e editado pelo major Souza Docca. Porto Alegre/Caxias do Sul: IEL-EST/UCS, 1980. P. 12.

<sup>29</sup> Inventário de João Pedro Gay. Ob.cit.

<sup>30</sup> RODRIGUES. Padre Gay. P. 78.



1890], autor do célebre e influente *Resumé de l'histoire du Brésil suivi du Resumé de l'histoire de la Guyane*, de 1825, devido à carta de apresentação do Imperador.<sup>31</sup>

### **História Imediata**

Durante sua vida, João Pedro Gay publicou grande número de artigos na imprensa imperial e do Prata, ainda não compilados, além dos dois livros de destaque citados, *História da República Jesuíta do Paraguai [...]* e *Invasão paraguaia [...]*. O cônego apoiara a confecção de sua história das missões jesuíticas na bibliografia conhecida na época e em documentação original que obtivera na região, além de entrevistas que realizou. Homem de sensibilidade histórica e artística, reunira na igreja de São Borja “todos os objetos de arte jesuíta” que pudera “ajuntar, na vila e pelas aldeias vizinhas”. Entre eles, destacariam-se “imagens de santos de madeira pintada, alguns do tamanho natural; missais impressos em Madrid” havia “150 anos” e “belas pias batismais inteiriças” missioneiras. Esse acervo teria escapado à destruição promovida durante a ocupação paraguaia de São Borja.<sup>32</sup> Uma importante documentação pessoal do cônego, composta de mais de quatrocentas pastas, encontra-se depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Paradoxalmente, o trabalho mais conhecido e de maior influência historiográfica de João Pedro Gay não foi sua história das missões, na qual teria se demorada dez anos para escrevê-la. Foi, ao contrário, o trabalho *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai, desde seu princípio até o fim (de 10 de junho a 18 de setembro de 1865)*, narrativa de ocasião, concluída apenas 43 dias após a rendição de Uruguiana. O texto foi publicado inicialmente no Jornal do Comércio e apresentado, como livro, também no Rio de Janeiro e em 1867.<sup>33</sup> Uma segunda edição do trabalho seria publicada em 1944, anotada e *completada* por nada menos do que doze “capítulos adicionais”, pelo militar-historiador sul-rio-grandense Emílio Fernandes de Souza Docca [1884-1945].<sup>34</sup> O livro e seu anexo conheceriam reimpressão pouco cuidadosa, em 1980, com erros de digitação, linha e

---

<sup>31</sup> DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire du Brésil : suivi du Résumé de l'histoire de la Guyane, par [...]*. 2 ed. Paris : Lecoq et Durey, 1825. 343 pp.

<sup>32</sup> EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d' [1842-1922]. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. P. 116.

<sup>33</sup> GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai: desde seu princípio até o fim (de 10 de junho a 18 de setembro de 1865)*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1867. 45 pp.

<sup>34</sup> Id. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentado e editado pelo major Souza Docca. 2 ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, [1944].

parágrafos corridos, etc. Apesar de seus defeitos, essa *terceira edição* disponibilizou obra então dificilmente acessível nas suas duas primeiras apresentações.<sup>35</sup>

Em 1919, quanto tenente, o militar-historiador Souza Docca publicara trabalho de perfil historiográfico-patriótico sobre as *Causas da Guerra com o Paraguay*: autores e responsáveis.<sup>36</sup> As razões de sua *ampliação* do livro *Invasão paraguaia [...]*, do cônego Gay, deveu-se certamente ao caráter definitivamente *constrangedor* da narrativa do bom sacerdote. Apesar de seu indiscutível *patriotismo* e *anti-lopizmo*, o padre Gay registrou sem complacência a enorme inoperância da defesa da vila de São Borja e da província sulina. Isso quando o Paraguai decretara guerra ao Império havia meses e as tropas daquele país encontravam-se praticamente arranchados na outra margem do rio Uruguai. Uma leniência que se repetiu na defesa das vilas de Itaqui e Uruguaiana, como também registraram o cônego, sem pruridos, e o conde d'Eu, em forma mais oblíqua.

Espécie de reportagem escrita no calor dos acontecimentos, *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*, do cônego Gay, destaca-se igualmente por destoar dos padrões axiomáticos construídos pela historiografia nacional-patriótica brasileira sobre as razões da tempestade que se armara na bacia do Prata.<sup>37</sup> Na obra em questão estão ausentes as tradicionais propostas de inexistência de *correspondência* entre a invasão imperial do Uruguai e o início da grande guerra platina; da *ignorância* do governo imperial do aviso paraguaio de 30 de agosto de 1864; do conflito como resultado da ambição de Solano López; do apresamento do paquete Marquês de Olinda como início da guerra; do patriotismo que galvanizou o país e as forças armadas imperiais após a invasão do sul da província do Mato Grosso, etc.

O trabalho prima igualmente pela descrição de algumas cenas *quotidianas* em geral raras na farta literatura histórica brasileira produzida quando da conclusão e nos anos seguintes à guerra. Mesmo se, em nenhum momento, em sua narrativa, o bom sacerdote se dissociasse da visão e da leitura elitistas da sociedade imperial, própria às classes dominantes de então, que ele integrava, como fiel servidor eclesiástico, em forma subalterna. Sobretudo, seu livro é fonte de riquíssimos dados para o estudo dos combates e das razões da dificuldade de mobilização das forças do Império em defesa de suas fronteiras. O

---

<sup>35</sup> Id. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentado e editado pelo major Souza Docca. Porto Alegre: IEL-EST, 1980. 381 pp.

<sup>36</sup> DOCCA, Souza. *Causas da Guerra com o Paraguay*: autores e responsáveis. Porto Alegre: Americana – Cunha, Rentzch, 1919.

<sup>37</sup> Cf. MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. Revista digital *Estudios Históricos – CDHRP* - Agosto 2009 - Nº 2 – ISSN: 1688 – 5317. <http://www.estudioshistoricos.org/>

general-historiador Tasso Fragoso, tido como “pai da historiografia militar crítica” brasileira, autor da monumental *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*, de 1932, em cinco volumes, apoiou-se quase apenas na obra do cônego Gay, para abordar a invasão de São Borja e do oeste do Rio Grande do Sul.<sup>38</sup>

## **2. A invasão paraguaia, de João Pedro Gay: o Autor e o Detrator**

O cônego João Pedro Gay abre seu livro com referência à reação de Francisco Solano López à intervenção imperial no Uruguai e ao *medo* do mesmo de que o Império derrubasse “seu governo despótico logo que houvesse derrotado os *blancos* de Montevideú”. Em *La guerra del Paraguay*, narrativa antipática a Solano López, de 1869, o major inglês George Thompson, que lutara nas filas paraguaias, propôs que o *mariscal* iniciara a conflito com a Argentina em modo “verdadeiramente brutal”. Porém, no relativo ao Império, reconheceu que a “guerra era al parecer inevitable, pues à no haberla hecho en esos momentos el Brasil lo hubiera hallado em una posición desventajosa”.<sup>39</sup>

O cônego Gay também se refere à nota da diplomacia paraguaia de 30 de agosto de 1864, que assinalava a intervenção militar imperial no Uruguai como literal *casus belli*. O domínio do governo imperial [ou mitrista] sobre Montevideú permitiria fechar o rio da Prata ao Paraguai e, portanto, ao seu comércio.<sup>40</sup> Na edição *ampliada* do livro, Souza Docca corrigiu o cônego, propondo que, com a intervenção imperial, “nenhuma ameaça sofria o equilíbrio do Rio da Prata, nem perigavam a independência e a soberania” do Uruguai. Tese que, como vimos, defendera em *Causas da Guerra com o Paraguay*. Para ele, fora “extemporânea e sem propósito a intervenção paraguaia na Questão Oriental [...]”.<sup>41</sup>

Na visão de Souza Docca, a grande razão do conflito não fora a invasão do Uruguai pelo império do Brasil, mas o “auge” do “delírio de glórias e de conquistas” de Solano López, incitado pelo partido *blanco* oriental anti-brasileiro. No geral, essa foi igualmente a interpretação de Tasso Fragoso, não havendo, portanto, evolução estrutural entre as interpretações nacional-patrióticas desse pioneiro da “historiografia militar crítica” no Brasil e as da historiografia nacional-patriótica. Nos anos 1940, havia muito que o apresamento do paquete Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, mais desdobramento menor do que causa maior dos sucessos, era apresentado como motivo e início da guerra. A proposta

<sup>38</sup> MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança: História e ideologia. Revista O Olho da História, n. 18, UFBA, Salvador (BA), julho de 2012. <http://oolhodahistoria.org/n18/sumario.php>;

<sup>39</sup> THOMPSON, George. *La guerra del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2010. P.15.

<sup>40</sup> GAY. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit. P. 20; HERRERA, Luiz Alberto. *El drama del 65: la culpa mitrista*. 2 ed. SL: SE, 1927.

<sup>41</sup> Loc.cit.; DOCCA. *Causas da Guerra com o Paraguay*. Ob.cit.

da eclosão do conflito devido ao *traíçoeiro* apresamento do paquete, em plena *paz* entre o Paraguai e o Império, evacuava a intervenção militar imperial no Uruguai, que permitira a vitória de Venancio Flores, *sem declaração de guerra*, que resultara na conquista de Paysandú, em 1º de janeiro de 1865, e, a seguir, na ocupação de Montevideú.

### **Página Negra de Nossa História**

Em *Invasão paraguaia [...]*, o padre Gay destacou igualmente as péssimas condições de boa parte das tropas mobilizadas, como veremos com vagar. Sem papas na língua, criticou a vergonhosa *entrega* de São Borja, ao igual do que ocorrera no Mato Grosso, no forte Coimbra, em Miranda, em Corumbá, etc. Definiu como “página negra de nossa História” o penoso abandono em que as autoridades civis e militares da província e do Império deixaram a população daquela vila.<sup>42</sup> Afirmção à qual Souza Docca respondeu, indignado, em nota ao pé da página: “*Entrega, não. A Vila de São Borja foi defendida com heroísmo pelos seus próprios filhos, a princípio em número inferior a 150*”.

O militar-historiador propôs sem comedimento que a defesa de São Borja fosse página “heróica, límpida e edificante”, “uma das mais nobres lições de como se defende o solo pátrio e o lar, à custa dos maiores sacrifícios com exemplar estoicismo”. Definiu o assaltante como “exército do Xerxes paraguaio” [Solano López] e os defensores, como literais repetidores, nas margens do rio Uruguai, do feito de Termópilas. No verão de 480 antes de nossa era, naquele desfiladeiro, sete mil gregos teriam impedido, por uma semana, a passagem de trezentos mil persas. Comandados por Leônidas, uns dois mil soldados resistiram até quase o aniquilamento, para garantir a retirada do grosso das tropas gregas.

Souza Docca reconhece que a *defesa* de São Borja fora feita por mais de mil homens. O que torna ainda mais premente a pergunta do cônego e de outros coevos: por que aquela tropa não contra-atacou, quando os paraguaios expunham-se perigosamente, ao atravessar o rio Uruguai, servindo-se de um número pequeno de precárias embarcações? Ao contrário, os defensores, que teriam tido apenas 21 mortos, abandonaram a vila, “à boca-da-noite”, deixando ao inimigo “quase toda a bagagem” da “infantaria da Guarda Nacional”.<sup>43</sup>

Souza Docca afirmou ainda que, depois “dos fatos consumados, é fácil criticá-los e apresentar soluções simplistas [...]”.<sup>44</sup> Com tal comentário, desconhecia os reiterados avisos do cônego e de outros informantes, anteriores ao ataque a São Borja, que permitiram que as

---

<sup>42</sup> GAY. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit. p.57.

<sup>43</sup> Ob.cit. Nota 14. Pp. 35, 54-5.

<sup>44</sup> Id.ib. p. 35.

autoridades convocassem as importantes tropas da Guarda Nacional, com as quais contava a província, então com população de pouco mais de cem mil homens livres. Em 1860, os rio-grandenses qualificados como guardas nacionais, da ativa e da reserva, chegavam a quase 38 mil homens! Nos anos seguintes, esse número cresceria.<sup>45</sup>

Francisco Marques Xavier, *Chicuta*, jovem estancieiro do norte do Rio Grande, era tenente no 5º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional. Fato muito raro, parte de sua correspondência que trocou com a família durante aquela guerra chegou até nós. Em carta de 13 de junho de 1865 à esposa, ele referiu-se, igualmente com palavras duras, ao pouco honroso desempenho *dos heróis* das Termópilas missioneiras de Souza Docca: “O batalhão de Voluntários da Pátria, no dia em que passaram os paraguaios para este lado [do rio Uruguai], eles estavam uma légua para cá de São Borja e dali [do acampamento] seguiram em marcha e foram ao combate onde não resistiram nada. A primeira divisão deu fogo uma vez e tratavam de correr [de tal modo] que não houve mais como dar volta [...]”<sup>46</sup>

No capítulo inicial de seu livro, o cônego refere-se também à questão na qual os paraguaios superavam de longe as nações vizinhas: o serviço de inteligência. Descreve longamente o péssimo serviço de “polícia” na fronteira, com viagens de cidadãos correntinos, entrerrianos, orientais, etc. entre Santo Tomé, na província de Corrientes, e São Borja, no Rio Grande do Sul, sem qualquer controle. O que permitiu aos paraguaios informações seguras sobre o que ocorria naquele ponto da fronteira. Segundo o padre, espiões das tropas atacantes teriam atado fogo à casa do seu irmão, como “sinal” “de que a ocasião era propícia” à “passagem” do rio.<sup>47</sup>

No próprio exército, seguiria durante todo o conflito a mesma lassidão no relativo à segurança. Escrevendo meio século após o fim da grande guerra do Prata, o então general honorário reformado José Luiz Rodrigues da Silva propôs em *Recordações da campanha do Paraguay*. “Os acampamentos viviam à mercê de quem quisesse percorrê-los. Penetrava neles e saía, com franqueza ampla, qualquer indivíduo, sem que lhe fossem às mãos ou, ao menos, o advertissem da obrigação de apresentar-se à autoridade encarregada da identificação conveniente.”<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> LEÃO, Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª. Sessão da 9ª. Legislatura pelo [...]*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1860. P. 16.

<sup>46</sup> FERNANDES, Ari Carlos. (org.) *Coronel Chicuta: Um passofundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. P. 40.

<sup>47</sup> GAY. *Invasão [...]*. Ob.cit. Nota 14. P. p. 37

<sup>48</sup> SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, [1924]. P. 23.

### As Razões do Abandono

O cônego encerra o primeiro capítulo de *Invasão paraguaia [...]* com proposta que registra a consciência da população regional do abandono em que fora deixada aquela fronteira do Rio Grande: “Refletindo no desamparo da polícia, de força, etc., em que se achava no dia 10 de junho a Vila de São Borja, muitos homens na exageração de suas ideias chegaram a dizer que esta vila, que esta fronteira eram de propósito entregues ao inimigo pelo Governador Brasileiro [sic] [presidente da província] e por seus delegados, mas, repelindo esta ideia inverossível [sic], bem dizer se poderia que não foi ao Império do Brasil que o Paraguai declarou a guerra, mas unicamente à malfadada Província do Mato Grosso, à Vila de São Borja e à sua fronteira do Uruguai.”<sup>49</sup>

Após os sucessos, muito se discutiu – e se segue discutindo – sobre quem foram os oficiais superiores responsáveis por ter ocorrido aquela invasão praticamente sem oposição. Comumente, apresenta-se o brigadeiro David Canabarro como o grande responsável, ao lado de outros chefes militares de menor rango. O verdadeiro *passageiro* das tropas paraguaias até Uruguaiana não foi devido à surpresa do ataque ou a oficiais particularmente desqualificados, como comumente proposto. Os mesmo oficiais que fracassaram naqueles embates seguiram comandando as tropas imperiais e a vila São Borja era certamente reconhecida como provável ponto de confronto com o Paraguai.

No seu plano de operações, de 10 de abril de 1865, o almirante Tamandaré propôs concentrar tropas “no ponto de São Borja”, obrigando os paraguaios a manterem forças do outro lado do rio Uruguai, ameaçados pela invasão imperial a partir da tradicional rota. As instruções entregues pelo ministro João Pedro Dias ao conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em 23 de março de 1865, afirmavam: “A fronteira de São Borja na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul tem de ser uma das bases, se não a principal, das operações do exército imperial na guerra contra o Paraguai.”<sup>50</sup>

O desastre militar e registro da enorme inépcia das tropas imperiais, ensejados pela invasão do Rio Grande do Sul e pela ocupação das vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana praticamente sem qualquer resistência, foram devidos à desorganização e inadequação *político-social* das forças armadas imperiais para enfrentarem invasão estrangeira de maior porte. *Handicaps* negativos contra os quais as autoridades do Império mobilizariam-se nos

---

<sup>49</sup> GAY. *Invasão [...]*. Ob.cit. p. 40

<sup>50</sup> FRAGOSO, Gel. Augusto Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 2, P. 10, 16.

anos seguintes, sem jamais alcançarem a superar suas razões profundas, próprias à organização político-social arcaica do país.

### **Milícia Cidadã**

Passada a crise da Independência, em 1822-4, o Império jamais se sentiu ameaçado por nação vizinha. A deposição de dom Pedro, em 1831, ensejou que o exército imperial, ao modo do *Ancien Regime*, formado sobretudo por mercenários portugueses, adictos ao Imperador e não à nação ao qual pertenciam, fosse substituído por exército de linha diminuto. Os direitos de isenção de qualquer serviço nas forças de primeira linha eram amplos, abrangendo largos espectro da sociedade de então – proprietários; homens casados; arrimos de família; feitores; administradores; marinheiros; caixeiros; estudantes, etc. O que determinava que o arrolamento, em geral forçado, recaísse sobre os segmentos sociais tidos como os mais *desqualificados* – libertos, negros livres, caboclos, criminosos, etc. Era portanto socialmente degradante servir nas forças de primeira linha.<sup>51</sup>

A grande força militar terrestre do Império – infantaria, cavalaria, artilharia – foi a Guarda Nacional, corpo militar civil, censitário e elitista, criado em 18 de agosto de 1831, dominado pelos grandes proprietários escravistas, muito ligado à região em que se constituía. Até 1850, seus oficiais eram designados em eleições secretas. Sobretudo após esta data, a Guarda Nacional encontrava-se sob a direção do poder central, através dos ministros da Justiça e, conseqüentemente, dos presidentes da província. Fora alguns poucos quadros *profissionais*, seus oficiais, sub-oficiais e praças eram cidadãos qualificados para integrá-la, cabendo o alto oficialato aos mais ricos proprietários. Para ser qualificado como guarda nacional, no serviço *ordinário* ou na *reserva*, devia-se ter no mínimo 21 e menos de 60 anos. Devia-se, sobretudo, ser eleitor, ou seja, membro de família proprietária com renda anual entre 200 e 100 mil-réis. Os qualificados para a Guarda Nacional não podiam ser convocados para o serviço de 1ª linha. Pertencer à *reserva* da Guarda Nacional significava isenção de serviço ativo efetivo nesse corpo militar e no exército.<sup>52</sup>

Eram grandes as *vantagens* da Guarda Nacional para as classes dominantes do Império. Ela era a tropa ideal para a submissão da população servil e subalternizada e para fazer frente aos improváveis ataques de nações estrangeiras vizinhas. A Guarda Nacional era rapidamente mobilizável e, sobretudo, custava muito pouco às burras imperiais. “As

---

<sup>51</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional. De 1831 a 1850*. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1977. P. 74.

<sup>52</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço nos Chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul. (1825-1845)*. Santa Maria: EdiUFSM, 2005.

despesas do Governo com a corporação eram mínimas, reduzindo-se à distribuição do armamento, bandeiras, tambores, cornetas, material de escritório e soldo dos instrutores.”<sup>53</sup> Os guardas nacionais deviam financiar seus fardamentos. Convocados para breves intervenções, deviam contar com seus cavalos, roupas e, em alguns casos, com as próprias armas. A necessidade dos guardas nacionais de auto-sustentar-se contribuía para a resistência de seus membros em servir fora dos municípios, comarcas e regiões de origem. Os representantes no parlamento dos grandes proprietários mobilizavam-se contra o aumento de impostos e perda de poder que significava a extensão do exército de primeira linha.

Se a Guarda Nacional exigia recursos somáticos dos cofres imperiais, ela era prodiga na sua escassa capacidade bélica, sobretudo diante de exército estrangeiro minimamente organizado. Não é de estranhar que as tropas convocadas em 1864 se encontrassem comumente mal equipadas, mal alojadas, mal alimentadas. Muitos guardas nacionais convocados para proteger as fronteiras sulinas não contavam com fardamento, vestindo suas roupas, com destaque para a região missioneira, relativamente marginal no cenário político-econômico regional.

Em fins de 1864, como o recrutamento extraordinário fora feito no calor da necessidade, não raro de surpresa, comumente sob a tradicional coerção policial, muitos homens livres pobres *arrebanhados* pelas estradas e vilas sequer puderam providenciar em suas residências a vestimenta necessária para enfrentar o inverno rigoroso, quando as tinham. Anotou o cônego Gay: “Vários soldados se achavam quase nus, e outros cobriam-se com farrapos; ou porque fossem recrutados sem terem tempo de levar sua roupa, ou porque por pobres não a tivessem”.<sup>54</sup> Com o grande número de cidadãos que conseguiam arrolar-se na reserva da Guarda Nacional, passou-se a não exigir a renda mínima necessária para o serviço ativo, nos postos subalternos, como veremos.

Em 1865, em todos os pontos da província, os guardas nacional convocados apresentaram-se mais comumente ao “serviço em completo estado de nudez”, como relatava o presidente da província. Além de tal fato dever-se eventualmente à pobreza dos praças de pré, ele podia igualmente expressar a precaução dos mesmos em não gastarem suas próprias roupas no serviço ativo, forçando as autoridades à distribuição de uniformes. O relatório do presidente João Marcelino Gonzaga registra o enorme esforço das autoridades imperiais e

---

<sup>53</sup> CASTRO. *A milícia cidadã*. Ob.cit. P.25

<sup>54</sup> GAY. *Invasão paraguaia [...]*. ob.cit. p. 26



provinciais em prover os milhares de homens convocados às armas em uniformes e armamentos.<sup>55</sup>

### **Sem Poncho e Pólvora**

O sacerdote franco-brasileiro assinalou que o 28º Corpo Provisório da Cavalaria da Guarda Nacional achava-se “muito mal-armado, havendo soldados que só tinham espada, outros apenas pistolas, alguns unicamente lança. Demais, nunca receberam fardamento, nem soldo, tendo que afrontar os rigores da estação muito mal vestidos, e alguns soldados quase nus.” Não raro, as “poucas munições de guerra” que recebiam “não serviam para as armas que levavam”.<sup>56</sup> Soldados, sem outro vestuário, como “ceroulas, calças, camisas e blusas”, cobriam-se com “couro fresco, que furavam ao meio para lhes servir de ponche”.<sup>57</sup>

Em 10 de junho, o tenente *Chicuta* encontrava-se acampado entre Itaqui e São Borja. Ele e sua tropa partiram para a vila atacada, onde não chegaram a tempo de participarem dos combates. A seguir, ele seria mantido sob armas até a conclusão da Guerra, em 1870, registrando, mais tarde, em sua correspondência familiar, o desgosto por não ter força política suficiente para obter dispensa ou, no mínimo, licença. Na carta citada de 13 de junho, anotava que partiam para Itaqui “para ali receber o armamento que consta de lanças e nada mais”.<sup>58</sup>

Em 1º de dezembro, quando Uruguaiana já fora reconquistada, *Chicuta* escrevia que “até o presente não temos recebido soldo e assim é que andamos muito desolados [...]” – nesse momento, encontrava-se engajado havia seis para sete meses! Se esse era o sentimento de *abandono* de um oficial, rico fazendeiro, que na mesma carta mandava recomendações ao seu capataz sobre a tropa invernada, imagine-se a situação dos praças de pré que contavam com o soldo para comprar o muito que necessitavam, já que recebiam apenas a ração de boca.<sup>59</sup>

Para as classes dominantes da época, era normal que os subalternizados prestassem serviço em troca da comida e algum vestuário, como seus cativos. Durante toda a operação

---

<sup>55</sup> GONZAGA, João Marcellino de Souza. *Relatório com que o bacharel [...] entregou a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Boa-Vista*. Rio de Janeiro: Universal de Laemmert, 1865. P. 15.

<sup>56</sup> Id.ib., p. 92

<sup>57</sup> Id.ib., p. 119.

<sup>58</sup> FERNANDES. (org.) *Coronel Chicuta*. Ob.cit. P. 40.

<sup>59</sup> Id.ib. p. 55.

contra as tropas paraguaias, os oficiais receberam pontualmente seus soldos, geralmente muito acanhados, enquanto os praças de pré eram pagos mais comumente com atrasos de até um ano, por política deliberada do governo e do alto comando.<sup>60</sup> Atrasando os soldos dos soldados esperava-se economizar o devido aos mortos e prevenir as deserções. León de Palleja, oficial espanhol engajado nas tropas de Venancio Flores, lembrava, em fins de junho de 1865: “Estamos dando al cuerpo el haber de junio; probablemente perderemos más hombres con la distribución de sueldo. Esta deserción es lo más aterrador y desconsolador. Hace aborrecible el servicio, el tener que lidiar con esta canalla hija del rigor, que no tiene apego a la bandera que deshonor [...]”<sup>61</sup>

Piorando a situação de desorganização, após um verão e outono inclemente, o inverno de 1865 apresentara-se chuvoso e frio, causando tal número de doentes e mortos entre os praças de pré que motivou forte impressão, mesmo entre oficiais pouco sensíveis a baixas, tidas como naturais, em um exército aquartelado ou em marcha. Condições que contribuíam para as importantes deserções e fuga dos homens livres pobres para ermos da província. Nesses anos, teria nascido o ditado: “Deus é Grande, o Mato é Maior!”

Em 1865, segundo o presidente da Província, as deserções de guardas nacionais rio-grandenses prestando servido na república oriental eram significativamente maciças, alcançando 50% das tropas; elas caíam para em torno de 10%, “sobre o total das forças” em questão, quando os guarda nacionais prestavam serviço no Rio Grande do Sul – e nas suas regiões, como era habitual.<sup>62</sup>

### **A Guerra como Continuação da Política**

A oficialidade da Guarda Nacional, corpo militar *civil* e *censitário*, formado pelos grandes proprietários, era permanentemente transpassado pelas oposições políticas, municipais, regionais e nacionais. O fato de servir de instrumento na luta pela conquista-imposição-manutenção da hegemonia política e econômica tendia a enfraquecer e mesmo romper a linha de comando e sua capacidade de intervenção.

Também a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul encontrava-se corroída pelas contradições políticas imperiais, municipais, regionais. O brigadeiro David Canabarro, Comandante Superior da Guarda de Quaraí e Livramento, sofria, naquela ocasião, a forte

---

<sup>60</sup> SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. P. 142; SILVA. *Recordações da campanha do Paraguay*. Ob. cit. P. 109.

<sup>61</sup> PALLEJA, León. *Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1960. P. 17.

<sup>62</sup> GONZAGA, J. M. de S. *Relatório com que o bacharel [...]*. Ob.cit. P. 5.

oposição de parte de sua oficialidade, adicta sobretudo à família do poderoso criador da fronteira Bento Manuel Ribeiro, seu inimigo político.<sup>63</sup>

Em 1865 o presidente da Província referia-se explicitamente em seu relatório a tais conflitos: “Nos comandos superiores de Quaraí e de Missões os antagonistas do brigadeiro David Canabarro [liberal] e do coronel Antonio Fernandes Lima [conservador] procuram dissolver os corpos já organizados naquelas duas fronteiras, promovendo deserções das praças para alistarem-se voluntários da pátria”.<sup>64</sup> Foram exemplares igualmente a birra política, durante a guerra, entre João Propício Mena Barreto, conservador, e Manuel Luiz Osório, liberal.<sup>65</sup>

O recrutamento dos quadros inferiores servia como instrumento para o fortalecimento do poder político. O oficial superior com força para tal, impulsionava a nomeação de seus amigos para os altos postos do oficialato e para a reserva, arrolando na ativa os familiares e protegidos de seus desafetos, que deviam abandonar suas ocupações e famílias, para engajamento que podia prolongar-se por semanas, meses e, até mesmo, como no presente caso, anos.

A forma arbitrária de arrolamento contribuía para que o homem pobre procurasse apadrinhamento com um poderoso proprietário, caso quisesse contar com alguma proteção. As licenças eram também concedidas discricionariamente, segundo os pedidos partissem de amigos ou inimigos políticos. Essa situação era de total conhecimento das autoridades imperiais que, a bem da verdade, as praticavam, em proveito próprio e contra os seus desafetos políticos.

O depoimento sobre essa situação do presidente da Província João Marcelino é límpido: “As qualificações da guarda nacional nesta província, ou para melhor dizer, em todo o Império, não são feitas com a devida imparcialidade e retidão. Interesses e conveniências locais influem poderosamente para serem qualificados na reserva cidadãos nas melhores condições da lei para o serviço ativo, e nesta lista são qualificados só os desfavorecidos da fortuna e da proteção, **ainda não tendo a renda da lei**, para esta forma fazerem avultar o número das qualificações, a fim de manterem-se os corpos criados ou justificarem-se a necessidade da criação de outros.”<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup>FERTIG, André. A guarda nacional do Rio Grande do Sul nas Guerras do Prata: 1850-1873. POSSAMAI, Paulo Cezar. [Org.] *Gente de guerra e fronteira*. Pelotas: EdUFPEL, 2010. P. 146.

<sup>64</sup>GONZAGA, J. M. de S. *Relatório com que o bacharel [...]*. Ob.cit. P. 9.

<sup>65</sup>SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, [1924]. P. 18.

<sup>66</sup>GONZAGA, J. M. de S. *Relatório com que o bacharel [...]*. Ob.cit. P. 5. [destacamos]

Além da precariedade do vestuário e da alimentação, a forma de disciplinamento dos praças era condizente com as práticas escravistas e despóticas dominantes na época. Em 24 de junho, escrevendo ao seu cunhado, o tenente Chicuta contava que, quatro dias antes, tivera a “ocasião de ver dar 300 bordoadas em um soldado por ter desistido da trincheira. Hoje já temos soldados no 5º porque eles estão vendo que cá não é o que se quer, é o que se pode ser”.<sup>67</sup> O triste destino dos subalternizados arrolados como praças causava atos de oposição individual ou movimentos coletivos de resistência ao recrutamento, como os ocorridos, naquele então, nos distritos de Camaquã e de São Luís, no Rio Grande do Sul.<sup>68</sup>

### **Todo Mundo Mandava, Ninguém Obedecia**

O ministro da Guerra, sob a direção do presidente do conselho de ministro, era a maior autoridade militar do Império, no relativo ao exército de 1ª linha. Sob as ordens dos presidentes das províncias, escolhidos pelo governo central, encontravam-se os comandantes das Armas da Província. Por sua vez, a Guarda Nacional estava subordinada “aos juízes de paz, criminais, aos presidentes de Província e ao Ministro da Justiça”.<sup>69</sup>

De 2 de maio de 1864 a 20 de julho de 1865, como vimos, presidiu o Rio Grande do Sul João Marcelino de Souza Gonzaga, um estranho à província, como então era habitual. O tenente-general João Frederico Caldwell [1801-73] chegara ao Rio Grande do Sul, em 8 de janeiro, e fora nomeado, em 10 de fevereiro comandante interino das armas da Província. Ao contrário do presidente da província, possuía antigos e sólidos laços com o Rio Grande do Sul.

O presidente da província determinara a constituição de duas divisões para a defesa das fronteiras sulinas. Entregou a Primeira Divisão, responsável pela *fronteira* Quaraí-Missões, ao brigadeiro David Canabarro [1796-1867], ex-farroupilha, que negociara a rendição ao Império, grande proprietário de terras no meridiano rio-grandense. Sua Divisão foi partida em duas brigadas: a primeira, comandada pelo coronel Antonio Fernandes Lima e a segunda, pelo coronel João Antonio da Silveira.

A Segunda Divisão, dirigida Francisco Pedro Buarque de Abreu [1811-1891], subdividida em três brigadas, protegeria a fronteira sul com o Uruguai, a região mais rica e populoso do Rio Grande do Sul de então, coração da produção pastoril e charqueadora. O

---

<sup>67</sup> FERNANDES. (org.) *Coronel Chicuta*. Ob.cit. P. 45-6.

<sup>68</sup> GAY. *Invasão paraguaia [...]*. ob.cit. p. 99.

<sup>69</sup> CASTRO. *A milícia cidadã*. Ob.cit. P.24

barão do Jacuí, grande proprietário de terras na fronteira sul e no Uruguai, combatera com sucesso os farroupilhas nas fileiras imperiais.

As instruções dadas pelo presidente da província e pelo seu comandante de armas aos chefes das duas divisões foram imprecisas, deixando-lhes grande margem de manobra, sobretudo sobre a questão fundamental do posicionamento das forças. Muito logo, João Marcelino encanizou-se na prioridade da defesa da fronteira sul, centro das riquezas regionais, no que se referia aos gados, charqueadas e comércio. Em 27 de janeiro de 1865, a vila de Jaguarão fora atacada por uns 1.200 orientais, que haviam abandonado a vila de Melo, para a qual se dirigiam tropas imperiais. O assalto foi facilitado pela “partida da guarnição da cidade”, ordenada pelo governo provincial.<sup>70</sup> O presidente temia a já mais do que improvável reorganização das forças *blancas*, desbaratadas após a queda de Paysandu e a entrega de Montevideú.

Semanas antes do ataque a São Borja, João Marcelino justificava a ordem de permanência das tropas na fronteira meridional, pois sua “população” mostrava-se “apreensiva com a notícia da marcha” das tropas da mesma.<sup>71</sup> O general-historiador Tasso Fragoso, cuidadoso nas críticas a oficiais e autoridades da época, afirmou: “Não havia motivo para se guarnecer a fronteira do sul com a divisão do Barão do Jacuí, desde que dispúnhamos de um exército brasileiro dentro do território uruguaio. Os temores do Presidente quanto a essa zona careciam, portanto, de fundamento.”<sup>72</sup> Na Banda Oriental, encontravam-se as tropas comandadas pelo general Manuel Luís Osório [1808-1879], importante dirigente do Partido Liberal.

### **Incerteza e Passividade**

Em sua correspondência ao presidente da província, o general David Canabarro oscilou retoricamente entre a proposta de atravessar o rio Uruguai para dar combate às tropas paraguaias em Corrientes, enfrentá-la na difícil travessia do rio ou travar-lhes o passo já em território rio-grandense. Sua única ação foi manter-se em enorme inatividade, em seu aquartelamento, muito distante de São Borja, e próximo das regiões onde ele e seus oficiais possuíam suas grandes propriedades.

Como sugeriu o cônego Gay, a defesa de São Borja foi abandonada, pelo presidente da província e pelo general David Canabarro, em favor da proteção da fronteira sul. Houve

---

<sup>70</sup> Correspondência, Ministério dos Assuntos Exteriores, Rio de Janeiro, 1865, p. 10; SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações [...]*. Ob.cit. P. 12.

<sup>71</sup> GAY. *Invasão paraguaia [...]*. ob.cit. p. p. 168

<sup>72</sup> FRAGOSO. *História da Guerra [...]*. 2 ed. Ob.cit. Vol. 2, P. 153

convergência de opiniões entre João Marcelino e Canabarro quando o último escolheu “para ponto de concentração” de suas tropas as pontas do rio Ibirocaí, no município de Uruguaiana, ao sul do rio Jacuí, de difícil travessia, a mais de centro e cinquenta quilômetros de São Borja, *à vol d’oiseau*. Sem razão propôs que dali “poderia acudir com presteza à fronteira do Uruguai ou à das Missões”.<sup>73</sup>

A parte mais substancial da Primeira Brigada da Primeira Divisão acampara no passo das Pedras, a quase noventa quilômetros ao sul de São Borja! Uma pequena parte daquela força – o 28º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional – encontrava-se no passo de São Mateus, à margem do rio Uruguai, a mais de trinta quilômetros ao norte de São Borja. Em São Borja, encontrava-se apenas o 3º Batalhão da Infantaria da Guarda Nacional e, a seis quilômetros da vila, o 22º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, comandado pelo tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega. Também essas tropas estavam mal armadas e mal treinadas. E os paraguaios estavam informados sobre o literal abandono em que se encontravam o passo e a vila de São Borja.

### **A Má Guerra como Continuação da Má Política**

Sobretudo os praças de pré, arrolados comumente sob a coerção física, estavam mal armados, mal treinados, mal vestidos, mal alojados. Nesse então, viviam sem soldos, sob disciplina de oficiais oriundos das classes proprietárias, habituados a tratarem despoticamente seus cativos e peões. Não é de se estranhar a pouca disposição que mostraram em morrer na defesa da propriedade alheia quando, mais comumente, a maior e única que tinham era a própria vida.

No comando de tropas de escassa belicosidade encontrava-se uma oficialidade sem formação militar institucional, constituída por grandes proprietários de terra da fronteira sul, fortemente dividida pelas oposições políticas nacionais, regionais e municipais, em geral de elevada idade, sobretudo para a época. Em 1865, David Canabarro tinha quase setenta anos; João Frederico Caldwell, 64; Antônio Fernandes Lima, 62. Compreende-se portanto a tendência do presidente da província e de David Canabarro de manterem-se em grande inatividade e aferrarem-se à defesa da fronteira sul, coração econômico da província e região onde tinham suas raízes políticas e econômicas.

À entrega de São Borja, Itaqui e Uruguaiana denunciada pelo cônego Gay, contribuíram também algumas razões mais tortuosas. Mesmo após a *surpresa* de São Borja,

---

<sup>73</sup> Id.ib. p. P. 109.

sob as ordens de João Frederico Caldwell, David Canabarro, seus oficiais e soldados recuaram diante das tropas paraguaias, sem jamais lhes dar combate, perdendo as oportunidades permitidas pelas necessárias e difíceis travessias dos passos dos rios que interrompiam a marcha das tropas paraguaias entre São Borja e Uruguaiana.

O comandante de armas da Província jamais ordenara o ataque às tropas inimigas em marcha. Preferiu chamar conselhos militares, onde David Canabarro e seus oficiais opuseram-se a qualquer confronto, abrindo caminho para a entrega de Uruguaiana sem resistência. Defendendo mais tarde sua passividade, Caldwell declararia que David Canabarro mostrara-lhe carta em que o próprio ministro da guerra, desde o Rio de Janeiro, recomendava ao caudilho rio-grandense “que não *arriscasse uma batalha sem todas as probabilidades de triunfo.*”<sup>74</sup>

O ministro da Guerra, Caldwell e Canabarro teriam simplesmente convergido na proposta de não se arriscarem ao desgaste político de batalhas perdidas, na defesa das vilas ocupadas e territórios concedidos, já que tinham a certeza de uma vitória final, após a reunião das poderosas tropas imperiais e aliadas disponíveis. Em 1864, havia mais de meio milhão de guardas nacionais através do império do Brasil, na ativa e na reserva!

---

<sup>74</sup> Id.ib. p. 148.